

Governo pode adiar acordo com o Fundo para o próximo ano

por Cláudia Safatle
de Brasília

Está tomando corpo a expectativa de encerrar o ano de 1985 sem fechar um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e, consequentemente, com os bancos credores do Brasil. Esta hipótese, que inicialmente foi colocada pelo próprio FMI, não é vista com bons olhos pelos técnicos brasileiros, principalmente por uma razão: sem acordo neste ano, o FMI concentraria suas baterias de ajustamento todas no ano que vem, pois isso significaria um acordo "stand by" de apenas um ano, em vez de dezoito meses.

O ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, admitiu a hipótese de protelar o acordo com o FMI para 1986: "Estamos estudando", disse ele, acentuando ainda que "existem duas turmas": uma que quer acordo já e outra que quer romper com o Fundo". O ministro, porém, não identificou onde estão essas correntes dentro do governo, mas é sabido que a ala mais progressista do PMDB defende o rompimento junto ao FMI.

O diretor da área externa do Banco Central (BC), Carlos Eduardo de Freitas, que conduz junto com o presidente do BC, Antônio Carlos Lemgruber, as negociações com os bancos privados credores do País, sustentou ontem que "não há margem para um acordo com os bancos internacionais sem um prévio acordo com o FMI. Os bancos centrais dos países desenvolvidos são ultra-ortodoxos nessa matéria. Eles consideram fundamental um ajuste interno da economia e com a aprovação de um organismo como o FMI".

PRORROGAÇÃO

Freitas admite, portanto, que sem a anuência do Fundo neste ano a renegociação plurianual da dívida

externa brasileira também ficaria para o próximo ano. Enquanto isso, o BC trabalha em mais uma prorrogação das condições da fase dois (a renegociação feita ainda pelo governo passado) para a rolagem do principal e manutenção das linhas interbancária e comercial. A segunda prorrogação termina dia 31 de agosto e será solicitada uma nova para cobrir este restante do ano, até que se tenha condições de abrir, efetivamente, as negociações com os bancos credores.

De antemão, o diretor do BC considera que os diversos pontos do pacote de reescalonamento plurianual da dívida externa que deverão ser rediscutidos pelo governo serão uma nova rodada de conversas difíceis e longas. Pelo menos cinco pontos terão de

ser reabertos: o reemprestimo dos recursos externos, internamente (re-lending); o pagamento de uma parcela do principal (down-payment); a cláusula de monitoramento do FMI; o spread (taxa de risco); e a cláusula impeditiva da tomada de dinheiro novo pelo Brasil, compulsoriamente.

"Os bancos credores consideram que esses são pontos que tocam a profundidade dos acordos de renegociação da dívida externa e que requerem uma discussão relativamente longa e difícil", adiantou Freitas.

Ele criticou os pronunciamentos que o primeiro-ministro cubano, Fidel Castro, vem fazendo em torno da dívida externa da América Latina e assinalou que a atitude do presidente do Peru, Alan Garcia, de limitar os pagamentos de ju-

ros a um percentual das exportações daquele país reflete uma particularidade do Peru. "Eles já estão há mais de um ano com problemas de caixa, e a relação dívida/exportações do Peru é muito ruim", tendo Alan Garcia, portanto, apenas vocalizado um problema de liquidez que o país vem enfrentando. Quanto a Fidel Castro, o diretor do BC disse: "Segundo comentários que ouvi, o primeiro-ministro de Cuba recomenda algumas coisas e pratica diferentemente. O relacionamento com bancos internacionais é o melhor possível, os juros da dívida cubana são pagos rigorosamente em dia e o Banco Nacional de Cuba faz questão de deter excelente nome no mercado e nunca pediu dinheiro novo em suas renegociações de dívida externa".